

Dossier: Angola

Será Angola estratégica para os Estados Unidos?

Paul Hare

Da oposição declarada ao regime de Luanda ao actual apoio, a política norte-americana para Angola sofreu alterações profundas. A importância acrescida do petróleo e o papel que Luanda pode desempenhar na estabilidade regional da África Austral, fazem com que Washington esteja desposto a apoiar os antigos adversários.

A política norte-americana relativamente a Angola e os interesses subjacentes a essa política passaram por diversas fases, desde que, em 1975, o país se tornou independente. Durante o final dos anos 70 e na década de 80, o objectivo central dos Estados Unidos consistia em conter a influência soviética e conseguir a retirada das tropas cubanas de Angola.

Durante a Guerra Fria, a controvérsia relativamente à política norte-americana e aos seus objectivos foi por diversas vezes salientada nos debates do Congresso. Em Maio de 1987, os Senadores Bob Dole, Lawton Chiles, Fritz Hollings e Steve Symms apresentaram uma proposta de lei que apelava a um reforço das restrições económicas a Cuba e à cessação do comércio entre Angola e os Estados Unidos. O Senador Dole declarou na altura que continuava a existir uma única e grande anomalia da posição norte-americana em relação a Angola: a persistência de importantes interesses económicos naquele país, os quais - concentrados no sector petrolífero - contribuíam para gerar os recursos de que Angola necessitava para apoiar a presença militar cubana. E concluía que os empresários norte-americanos deveriam retirar-se imediatamente de Angola. Embora a proposta de lei não tivesse sido aprovada, o episódio ilustra o conflito entre os interesses ideológicos e económicos norte-americanos, que persistiu durante todo o período de Guerra Fria.

O fim do conflito entre os blocos trouxe uma alteração fundamental na política norte-americana para Angola. As tropas cubanas já não estavam no país e a Namíbia tinha conquistado a independência. A prioridade passou a ser a resolução da guerra civil que continuava a ser disputada entre as forças militares do governo e a UNITA, aliada dos Estados Unidos durante o período da Guerra Fria. Em cooperação com Portugal, as Nações Unidas e o antigo adversário - a União Soviética -, os Estados Unidos

empenharam-se activamente nas negociações, que conduziram aos Acordos de Bicesse (1991) e ao Protocolo de Lusaka (1994). Nesta altura, as preocupações fundamentais da política norte-americana consistiam em atingir uma maior estabilidade na África Central e Austral através da resolução do conflito; conter a grave crise humanitária; e criar um ambiente propício para que a economia angolana desenvolvesse os seus vastos recursos. Apesar de os níveis de produção petrolífera aumentarem em volume, o petróleo não constituía a principal força motriz da política norte-americana.

A era de construção da paz e os esforços de resolução pacífica do conflito angolano cessaram no início de 2002. A morte do líder da UNITA, em Fevereiro deste ano, precipitou o fim abrupto da guerra e alterou radicalmente o contexto angolano num curto período de tempo. Esta mudança ocorreu no mesmo quadro temporal de outro acontecimento que veio alterar, na sua essência, a forma como Washington encarava o mundo: o ataque de 11 de Setembro de 2001. O novo ênfase no combate ao terrorismo, que se repercutiu em primeiro lugar nos mundos árabe e islâmico, criou novas incertezas sobre a segurança dos fluxos petrolíferos do Médio Oriente, as quais se combinam com a proclamada necessidade de mudança de regime no Iraque e a possibilidade de despoletar uma nova guerra contra Saddam Hussein. A escalada do conflito entre Israel e os palestinianos veio igualmente aprofundar as preocupações com a estabilidade na região e, consequentemente, a segurança dos abastecimentos de petróleo provenientes do Golfo.

Estas mudanças ao nível externo contribuíram para um aumento do interesse norte-americano em Angola e na bacia petrolífera da África Ocidental. No caso angolano, o petróleo é abundante, acessível e corresponde ao tipo de petróleo bruto que os Estados Unidos procuram. O petróleo proveniente de Angola representa actualmente cerca de 5% do total das importações petrolíferas americanas, ultrapassando, por exemplo, o do Koweit, e prevê-se que aumentem ao longo dos próximos anos. As importações provenientes da África Ocidental constituem já 15% do total e podem atingir os 25% até 2015. Angola produz diariamente cerca de um milhão de barris, e a produção aumentará à medida que comecem a ser explorados blocos de maior profundidade. O montante do investimento previsto no sector petrolífero angolano é verdadeiramente espantoso, situando-se na ordem dos biliões de dólares. No novo contexto internacional, a política energética norte-americana centra-se na importância de diversificação das fontes de importação de petróleo como componente crítica para atingir uma maior segurança relativamente a esta fonte energética. A bacia petrolífera da África Ocidental representa

uma alternativa importante e é agora frequentemente referida como uma área de interesse estratégico dos Estados Unidos, o que representa uma alteração profunda na forma como África é tradicionalmente encarada e descrita. No entanto, o petróleo explica apenas parte do interesse e envolvimento norte-americano em Angola. Ao nível regional, Angola possui a capacidade de projectar o seu poder militar para além do espaço nacional, como se demonstrou nos dois Congos. No seguimento do colapso do processo de paz de Lusaka, em 1998, as relações com a Zâmbia entraram frequentemente em rota de colisão, bem como com Pretória. Nesse sentido, e sendo a promoção da estabilidade e do crescimento económico na África Austral um interesse de longo-prazo para a política norte-americana, Angola é um actor-chave que não pode deixar de ser tido em consideração nos próximos anos. Têm existido áreas de cooperação importantes. Na República Democrática do Congo, os Estados Unidos conseguiram trabalhar de uma forma construtiva com Angola na promoção de uma resolução pacífica para o conflito daquele país. Este tópico continuará na agenda dos debates entre altos funcionários dos dois países, bem como o papel de Angola na SADC, especialmente agora que os combates cessaram no interior do país e que Luanda assume a presidência daquela organização regional. No futuro imediato, a preocupação central norte-americana será o fortalecimento e consolidação da paz no interior do país. Apesar de a possibilidade de recrudescimento das hostilidades parecer actualmente remota, não constitui ainda um dado adquirido. A prioridade mais importante e urgente é o fornecimento de recursos e apoio para o alívio da crise humanitária, que se agravou desde o estabelecimento do novo cessar-fogo, e ajudar as tropas da UNITA e as suas famílias nas zonas de aquartelamento. Os Estados Unidos foram rápidos na resposta a estas crises. Aviões militares de carga abasteceram as zonas de aquartelamento e vários navios com ajuda alimentar chegaram aos portos angolanos, tendo o governo norte-americano concedido mais de 100 milhões de dólares de assistência a Angola durante o corrente ano.

Os interesses norte-americanos de longo prazo inserem-se em diversas categorias. Embora reconhecendo que o futuro de Angola, em última instância, está nas mãos dos angolanos, os Estados Unidos apoiarão medidas para a instauração de um sistema político mais aberto e democrático - assistência à Assembleia Nacional, formação administrativa dos governos provinciais, formação técnica dos media, fortalecimento do sistema judicial e do Estado de Direito, promoção do respeito pelos direitos humanos e encorajamento do desenvolvimento da sociedade civil e de grupos não-governamentais em Angola. Os

Estados Unidos demonstraram já interesse em apoiar o processo eleitoral, assim que houver um calendário para a sua realização. Uma equipa de especialistas do International Republican Institute, do National Democratic Institute e da International Foundation for Election Systems deslocaram-se a Angola em 2001 e 2002, tendo elaborado um relatório abrangente que estabelece directivas, indicações e referências relativas à realização de eleições abertas e participativas. A relação entre os dois países pode vir a fortalecer-se substancialmente se Angola demonstrar progressos nas áreas acima referidas.

A questão da gestão económica de Angola ocupa igualmente um papel proeminente na agenda norte-americana. Tradicionalmente, os Estados Unidos encorajaram os debates entre as instituições financeiras internacionais e o governo angolano e apoiaram os acordos que foram aplicados através de uma sucessão de Staff Monitoring Programs com o Fundo Monetário Internacional. A liberalização da economia e consequente diminuição do controlo estatal são encarados como passos necessários para Angola prosseguir um desenvolvimento sustentável. O Governo tem feito alguns progressos na agenda de reformas económicas em diversos sectores, nomeadamente em termos de política cambial e das taxas de juro. O ponto mais saliente das discussões têm sido os procedimentos financeiros, que estão ligados à transparência das transacções financeiras e às despesas não-orçamentadas. Os avanços nesta área dependerão de negociações e cedências de parte a parte, uma vez que o governo e o FMI permanecem actualmente de costas voltadas sobre esta matéria.

A gestão económica tem inevitavelmente efeitos ao nível político. A falta de transparência e rigor na prestação de contas conduziu a um crescendo das críticas relativamente à expansão da corrupção e ao uso indevido dos fundos governamentais. As críticas irão certamente aumentar, agora que o Governo já não pode utilizar a guerra contra a UNITA como explicação para a sua inacção face às necessidades básicas da população. Isto contribui igualmente para enfraquecer a credibilidade do Governo no seio da comunidade internacional, numa altura em que este necessita de apoio externo para a recuperação da economia e a reabilitação das infraestruturas do país. Apesar de a comunidade internacional desempenhar actualmente um papel fundamental na ajuda às necessidades humanitárias prementes, é improvável que Angola possa vir a receber uma assistência significativa dos doadores para actividades de reconstrução enquanto não exista acordo com o FMI.

Existe ainda outra preocupação a ter em conta - a praga do HIV/SIDA. À semelhança do que acontece noutros países da África Austral e de acordo com as informações mais recentes, a taxa de infecção em Angola está a aumentar e pode tornar-se incontrolável se não forem tomadas fortes medidas de monitorização e contenção do vírus. Apesar de trágico, é uma realidade que a SIDA pode vir a ter um impacto mais devastador em Angola do que a longa guerra que marcou o país. Angola e os Estados Unidos estão já a colaborar na luta contra esta pandemia, mas muito mais tem de ser feito nesta área. Os Estados Unidos possuem, assim, boas razões para estar activamente envolvidos em Angola, para além dos seus interesses petrolíferos. Os seus objectivos fundamentais consistem em ver uma Angola em paz, mais democrática e aberta no âmbito político, num processo de desenvolvimento económico em benefício da população, desempenhando o seu papel legítimo na construção de uma região mais forte e próspera. Angola possui os recursos, a energia e a capacidade para alcançar estes objectivos.